

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	80
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	391.283
Preferenciais	0
Total	391.283
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.331.927	1.257.593
1.01	Ativo Circulante	167.926	192.240
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	151.165	183.812
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.007	7.552
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.007	7.552
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	10.007	7.552
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.754	876
1.01.08.03	Outros	6.754	876
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	6.480	791
1.01.08.03.02	Outros créditos	274	85
1.02	Ativo Não Circulante	1.164.001	1.065.353
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	245.396	219.640
1.02.01.06	Tributos Diferidos	766	1.742
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	766	1.742
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	244.630	217.898
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	244.630	217.898
1.02.02	Investimentos	899.139	829.524
1.02.02.01	Participações Societárias	899.139	829.524
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	899.139	829.524
1.02.03	Imobilizado	2.743	2.444
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.743	2.444
1.02.04	Intangível	16.723	13.745
1.02.04.01	Intangíveis	16.723	13.745

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.331.927	1.257.593
2.01	Passivo Circulante	259.776	257.173
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.991	4.510
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.991	4.510
2.01.02	Fornecedores	2.543	1.724
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.543	1.724
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.974	2.685
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.974	2.685
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.974	2.685
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	193.172	197.356
2.01.04.02	Debêntures	193.172	197.356
2.01.05	Outras Obrigações	55.913	50.898
2.01.05.02	Outros	55.913	50.898
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	55.304	50.120
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	609	778
2.01.06	Provisões	183	0
2.01.06.02	Outras Provisões	183	0
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	183	0
2.02	Passivo Não Circulante	335.919	420.909
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	335.860	420.902
2.02.01.02	Debêntures	335.860	420.902
2.02.02	Outras Obrigações	59	7
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	59	7
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	59	7
2.03	Patrimônio Líquido	736.232	579.511
2.03.01	Capital Social Realizado	391.283	391.283
2.03.04	Reservas de Lucros	188.228	188.228
2.03.04.01	Reserva Legal	16.440	16.440
2.03.04.10	Reserva de dividendos	171.788	171.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	156.721	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	24.074	50.079	22.898	45.795
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.037	-25.331	-16.454	-32.540
3.03	Resultado Bruto	11.037	24.748	6.444	13.255
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	82.108	164.485	72.051	149.777
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.134	-2.274	0	0
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.134	-2.274	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	2	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3	0	-1.114	-2.221
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	83.245	166.757	73.165	151.998
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	93.145	189.233	78.495	163.032
3.06	Resultado Financeiro	-8.096	-18.120	-15.936	-29.001
3.06.01	Receitas Financeiras	12.267	23.590	2.416	7.502
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.363	-41.710	-18.352	-36.503
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	85.049	171.113	62.559	134.031
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-578	-2.261	7	577
3.08.01	Corrente	-448	-1.285	7	11
3.08.02	Diferido	-130	-976	0	566
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.471	168.852	62.566	134.608
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	84.471	168.852	62.566	134.608
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,43000	0,43000	0,28173	0,28173

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	48.893	9.831
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	51.220	34.400
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	171.113	134.031
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.581	14.610
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	2.274	2.213
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	41.632	35.544
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-166.757	-151.998
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	377	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.327	-24.569
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-2.455	-1.337
6.01.02.04	Outros créditos	-190	-177
6.01.02.05	Fornecedores	819	21
6.01.02.06	Obrigações sociais	1.481	466
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-711	-789
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-169	-379
6.01.02.10	Empresas relacionadas	0	596
6.01.02.11	Juros pagos	0	-22.981
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.102	11
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.264	-92.899
6.02.01	Dividendos recebidos	89.179	27.893
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-6.235	-1.792
6.02.03	Empresas relacionadas	-26.680	0
6.02.04	Investimentos em controladas	0	-119.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-137.804	-101.512
6.03.02	Comissão sobre captação de debêntures	0	-2.802
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-130.858	0
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-6.946	-98.710
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.647	-184.580
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	183.812	245.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	151.165	61.250

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-12.131	0	-12.131
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.131	0	-12.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	168.852	0	168.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	168.852	0	168.852
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	156.721	0	736.232

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.327	0	0	-9.035	0	30.292
5.04.01	Aumentos de Capital	39.327	0	0	5.199	0	44.526
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.234	0	-14.234
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.608	0	134.608
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	134.608	0	134.608
5.07	Saldos Finais	477.792	0	4.110	78.017	0	559.919

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	57.574	51.600
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	57.574	51.600
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.349	-7.274
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.349	-5.053
7.02.04	Outros	0	-2.221
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.225	44.326
7.04	Retenções	-4.855	-14.610
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.581	-14.610
7.04.02	Outras	-2.274	0
7.04.02.01	Amortização de Investimentos	-2.274	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.370	29.716
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	190.347	159.500
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	166.757	151.998
7.06.02	Receitas Financeiras	23.590	7.502
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	236.717	189.216
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	236.717	189.216
7.08.01	Pessoal	16.399	12.877
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.345	10.213
7.08.01.02	Benefícios	1.323	2.121
7.08.01.03	F.G.T.S.	731	543
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.756	5.228
7.08.02.01	Federais	8.618	-577
7.08.02.03	Municipais	1.138	5.805
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.710	36.503
7.08.03.01	Juros	34.524	30.062
7.08.03.03	Outras	7.186	6.441
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	168.852	134.608
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.131	7.686
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	156.721	126.922

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.558.945	2.444.185
1.01	Ativo Circulante	418.927	352.978
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	296.629	252.866
1.01.03	Contas a Receber	58.431	54.439
1.01.03.01	Clientes	58.431	54.439
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.815	7.891
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.815	7.891
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.198	3.695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	45.854	34.087
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	45.854	34.087
1.01.08.01.01	Títulos e valores mobiliários	30.661	29.800
1.01.08.01.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	0	791
1.01.08.01.03	Empresas relacionadas	0	260
1.01.08.01.04	Outros créditos	15.193	3.236
1.02	Ativo Não Circulante	2.140.018	2.091.207
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	147.841	138.562
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.356	0
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	8.356	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	23.869	28.427
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.869	28.427
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	938
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	110.644	105.125
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	110.644	105.125
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.972	4.072
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	4.972	4.072
1.02.03	Imobilizado	74.076	72.661
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	74.076	72.661
1.02.04	Intangível	1.918.101	1.879.984
1.02.04.01	Intangíveis	1.918.101	1.879.984

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.558.945	2.444.185
2.01	Passivo Circulante	578.694	909.613
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.766	12.314
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.766	12.314
2.01.02	Fornecedores	30.636	24.164
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.636	24.164
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.535	14.547
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.535	14.547
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13.275	14.266
2.01.03.01.03	Programa de parcelamento especial - PAES	260	281
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	368.734	732.458
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.588	414.963
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.588	414.963
2.01.04.02	Debêntures	319.250	316.640
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	896	855
2.01.05	Outras Obrigações	98.210	88.823
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.667	121
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.667	121
2.01.05.02	Outros	93.543	88.702
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	55.304	50.120
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	14.513	15.205
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	23.726	23.377
2.01.06	Provisões	52.813	37.307
2.01.06.02	Outras Provisões	52.813	37.307
2.01.06.02.04	Provisão para imposto de renda e contribuição social	20.471	14.326
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção	18.930	12.838
2.01.06.02.06	Provisão para construção de obras futuras	13.412	10.143
2.02	Passivo Não Circulante	1.237.997	948.397
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.070.756	784.783
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	81.325	40.610
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	81.325	40.610
2.02.01.02	Debêntures	988.809	743.113
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	622	1.060
2.02.02	Outras Obrigações	62.329	64.082
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	130	0
2.02.02.02	Outros	62.199	64.082
2.02.02.02.03	Credor pela concessão	57.965	59.432
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições	696	0
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	3.538	4.650
2.02.03	Tributos Diferidos	17.122	14.519
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.122	14.519
2.02.04	Provisões	87.790	85.013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	25.706	23.955
2.02.04.01.05	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	25.706	23.955
2.02.04.02	Outras Provisões	62.084	61.058
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	57.583	54.172

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	4.501	6.886
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	742.254	586.175
2.03.01	Capital Social Realizado	391.283	391.283
2.03.04	Reservas de Lucros	188.228	188.228
2.03.04.01	Reserva Legal	16.440	16.440
2.03.04.10	Reserva de dividendos	171.788	171.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	156.721	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.022	6.664

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	333.183	650.339	323.322	673.214
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-152.512	-276.501	-139.607	-299.995
3.03	Resultado Bruto	180.671	373.838	183.715	373.219
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.080	-28.576	-17.884	-35.008
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.078	-28.572	-17.874	-34.905
3.04.02.01	Despesas Geirais e Administrativas	-15.078	-28.425	0	0
3.04.02.02	Amortização de ágio de investimentos	0	-147	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	54	54
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-4	-64	-157
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	165.591	345.262	165.831	338.211
3.06	Resultado Financeiro	-41.746	-90.674	-65.906	-128.066
3.06.01	Receitas Financeiras	14.399	37.898	5.213	13.210
3.06.02	Despesas Financeiras	-56.145	-128.572	-71.119	-141.276
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	123.845	254.588	99.925	210.145
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.146	-83.378	-36.214	-73.673
3.08.01	Corrente	-36.723	-76.365	-31.598	-68.033
3.08.02	Diferido	-1.423	-7.013	-4.616	-5.640
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	85.699	171.210	63.711	136.472
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	85.699	171.210	63.711	136.472
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	84.471	168.852	62.566	134.608
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.228	2.358	1.145	1.864
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,43000	0,43000	0,28173	0,28173

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	250.561	328.161
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	438.767	412.952
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	254.588	210.145
6.01.01.02	Depreciação e amortização	51.672	63.298
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	117.554	107.296
6.01.01.04	Variação monetária sobre credor pela concessão	5.625	20.709
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-246	-1.491
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	1.497	1.667
6.01.01.08	Realização de AVP provisão manutenção /obras	4.166	8.872
6.01.01.09	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais e atualização monetária	3.911	2.456
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-188.206	-170.131
6.01.02.01	Clientes	-3.992	-1.989
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-3.924	-4.132
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.565	2.432
6.01.02.04	Outros créditos	-11.956	-232
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-900	301
6.01.02.06	Empresas relacionadas	0	129
6.01.02.07	Fornecedores	6.472	-6.947
6.01.02.08	Obrigações sociais	2.452	1.419
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-295	-2.740
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-781	-2.687
6.01.02.11	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-2.160	-1.716
6.01.02.12	Provisão para manutenção	6.221	-9.280
6.01.02.13	Juros pagos	-107.705	-76.559
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-70.220	-68.284
6.01.02.15	Programa de parcelamento PAES	0	-25
6.01.02.17	Impostos diferidos	147	179
6.01.03	Outros	0	85.340
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-95.496	-110.784
6.02.01	Dividendos recebidos	791	0
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-92.701	-110.616
6.02.03	Pagamento de dividendos a minoritários	0	-168
6.02.04	Empresas relacionadas	-583	0
6.02.05	Investimentos em controladas	-3.003	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-111.302	-302.014
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-8.971	10.246
6.03.02	Credor pela concessão	-7.784	-156.039
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	475.917	351.204
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-563.518	-404.232
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-6.946	-98.710
6.03.06	Comissão sobre captação de debêntures	0	-2.802
6.03.07	Pagamento de dividendos control anterior	0	-1.681
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	43.763	-84.637
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.866	277.909

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	296.629	193.272

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-12.131	0	-12.131	-3.000	-15.131
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.131	0	-12.131	0	-12.131
5.04.08	Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	-3.000	-3.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	168.852	0	168.852	2.358	171.210
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	168.852	0	168.852	2.358	171.210
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	156.721	0	736.232	6.022	742.254

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	438.465	0	4.110	-47.556	0	395.019	0	395.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	39.327	0	0	-9.035	0	30.292	4.784	35.076
5.04.01	Aumentos de Capital	39.327	0	0	5.199	0	44.526	4.784	49.310
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-14.234	0	-14.234	0	-14.234
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.608	0	134.608	0	134.608
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	134.608	0	134.608	0	134.608
5.07	Saldos Finais	477.792	0	4.110	78.017	0	559.919	4.784	564.703

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	691.831	715.560
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	691.831	715.560
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-204.219	-221.046
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-190.316	-202.932
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.900	-18.011
7.02.04	Outros	-3	-103
7.03	Valor Adicionado Bruto	487.612	494.514
7.04	Retenções	-51.819	-63.298
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.672	-63.298
7.04.02	Outras	-147	0
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-147	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	435.793	431.216
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.898	13.210
7.06.02	Receitas Financeiras	37.898	13.210
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	473.691	444.426
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	473.691	444.426
7.08.01	Pessoal	49.038	50.595
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.883	35.243
7.08.01.02	Benefícios	6.218	13.354
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.937	1.998
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	124.871	116.083
7.08.02.01	Federais	111.421	73.737
7.08.02.03	Municipais	13.450	42.346
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	128.572	141.276
7.08.03.01	Juros	84.454	81.039
7.08.03.03	Outras	44.118	60.237
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	171.210	136.472
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.131	7.686
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	156.721	126.922
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.358	1.864

Comentário do Desempenho

EcoRodovias Concessões e Serviços anuncia resultados do 2T11 e 1S11: *Margem EBITDA alcança 61,0% no 1S11*

São Bernardo do Campo, 9 de agosto de 2011 – A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2011 (2T11) e primeiro semestre de 2011 (1S11). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2010 (2T10) e primeiro semestre de 2010 (1S10).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A EcoRodovias Concessões e Serviços, subholding do Grupo EcoRodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida no segundo semestre de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR) e Ecosul (RS), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviços de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo EcoRodovias.
- O EBITDA no 1S11 foi de R\$397.084 mil atingindo a expressiva margem de 61,0%.
- A companhia apresentou no 1S11 lucro líquido de R\$171.210 mil.

Comentário do Desempenho

Destaques (em milhares de reais R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	43.351	44.231	-2,0%	86.345	84.966	-1,6%
Tarifa Média ¹	6,53	6,54	-0,2%	6,63	6,90	-4,0%
Receita Líquida	333.183	323.322	3,0%	650.339	673.214	-3,4%
Lucro líquido	85.699	63.711	37,0%	171.210	134.472	27,2%
EBITDA ²	191.861	196.992	-2,1%	397.084	400.199	-0,8%
Margem EBITDA	57,6%	60,9%	-3,5 p.p	61,1%	59,4%	1,6 p.p
Capex	33.213	52.432	-36,7%	64.083	110.614	-42,1%
Dívida Líquida	-	-	-	1.112	1.373	-19,0%

¹ em Reais

² EBITDA = EBIT + Depreciação & amortização

COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.000 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 80 milhões de veículos equivalentes pagantes no 1S11.

Em 29 de dezembro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo, a EcoRodovias Concessões realizou a cisão parcial com a conseqüente versão do patrimônio líquido cindido à EcoCataratas, nos termos do art. 225 da Lei n. 6.404/76, onde se justifica com base na decisão da Interviente, holding do Grupo EcoRodovias, de reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias,

Comentário do Desempenho

alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo, sendo assim, a Rodovia das Cataratas S.A- Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

ANÁLISE DO RESULTADO

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada no 1S11 totalizou R\$ 691.830 mil. A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta por empresa consolidada.

Receita Bruta em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Receitas de Pedágio:						
Ecovias dos Imigrantes	157.164	144.914	8,5%	325.836	297.016	9,7%
Ecopistas	46.043	38.769	18,8%	91.626	76.258	20,2%
Ecovia Caminho do Mar	41.930	33.933	23,6%	84.586	72.758	16,3%
Ecocataratas	-	40.171	-100,0%	-	83.333	-100,0%
Ecosul	37.818	31.508	20,0%	70.159	56.799	23,5%
Receita Acessórias Concessionárias	18.004	14.666	22,8%	35.093	24.755	41,8%
Receita de Construção ICPC-01	53.570	40.670	31,7%	84.530	104.641	-19,2%
Total	354.529	344.631	2,9%	691.830	715.560	-3,3%

A receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 82,7% da receita bruta consolidada no 1S11.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias. Nas receitas acessórias, é reconhecida, também, as receitas dos serviços prestados pela EcoRodovias Concessões e Serviços que não são eliminadas na consolidação do grupo.

Comentário do Desempenho

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 53.570 milhões no 2T11, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, volume de veículos equivalentes pagantes, ocorrido nas concessionárias no 2T11 e 1S11, consolidados na companhia.

Volume de Tráfego (em milhares de veículos equivalentes pagantes)						
	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13.507	12.484	8,2%	27.928	25.615	9,0%
Ecopistas	20.000	17.610	13,6%	39.795	31.489	26,4%
Ecovia Caminho do Mar	3.599	3.041	18,3%	7.159	6.442	11,1%
Ecocataratas	-	5.456	-	-	11.370	-100,0%
Ecosul- Rodovias do Sul	6.245	5.639	10,7%	11.463	10.050	14,1%
Total	43.351	44.231	-2,0%	86.345	84.966	1,6%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em veículos equivalentes pagantes, 47,2% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 52,8% corresponderam aos veículos leves.

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante, consolidada e por concessionária.

Os reajustes contratuais das tarifas básicas foram: 9,8% na Ecovias dos Imigrantes e 6,6% na Ecopistas, ambos em julho de 2011: média de 4,7% na Ecovia Caminho do Mar, em dezembro de 2010 e 8,2% na Ecosul- Rodovias do Sul em janeiro de 2011.

Comentário do Desempenho

Tarifa Média (em R\$/ veículos equivalentes pagantes)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Ecovias dos Imigrantes	11,64	11,61	0,2%	11,67	11,60	0,6%
Ecopistas	2,30	2,20	4,6%	2,30	2,42	-4,9%
Ecovia Caminho do Mar	11,65	11,16	4,4%	11,81	11,30	4,6%
Ecocataratas	-	7,36	-	-	7,33	-
Ecosul- Rodovias do Sul	6,06	5,59	108,2%	6,12	5,65	8,3%
Consolidado	6,53	6,54	-0,2%	6,63	6,90	-1,9%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$304.925 mil no 1S11, representando 47,0% da receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Pessoal	25.163	25.301	-0,5%	49.038	50.596	-3,1%
Conservação e manutenção	10.378	14.536	-28,6%	24.049	29.407	-18,2%
Serviços de terceiros	11.797	14.421	-18,2%	23.210	25.210	-7,9%
Poder Concedente e Seguros	12.932	10.396	75,2%	25.557	20.851	22,6%
Depreciação/Amortização	26.195	31.151	-15,9%	51.672	63.298	-18,4%
Provisão Manutenção ICPC 01	17.696	10.151	74,3%	26.962	20.260	33,1%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	53.570	40.670	31,7%	84.530	104.641	-19,2%
Outros	9.787	10.856	18,8%	19.907	20.638	-3,5%
TOTAL	167.518	157.482	10,3%	304.925	334.901	-9,0%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA no 1S11 atingiu R\$ 397.084 mil, com margem de 61,0%, 1,6 pontos percentuais superior ao 1S10.

EBTIDA (R\$ milhares)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Lucro Líquido	85.699	63.711	35,0%	171.210	136.472	25,5%
Imposto de Renda e Contrib.Social	38.146	36.214	5,3%	83.378	73.673	13,2%
Resultado Financeiro	41.746	65.906	-36,7%	90.674	128.066	-29,2%
Depreciação e Amortização	26.195	31.151	-15,9%	51.672	61.885	-16,5%
Outras Despesas/Receitas Líquidas	75	10	n.m	150	103	45,6%
EBTIDA	191.861	196.992	-2,1%	397.084	400.199	-0,8%
Margem EBITDA	57,6%	60,9%	-3,3 p.p	61,1%	59,2%	1,6 p.p

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido consolidado no 1S11 foi negativo em R\$ 90.674 mil, sendo que 93,1% referem-se aos juros apropriados no semestre e 38,4% referente à variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e sobre o direito de outorga.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
Juros sobre debêntures	(35.165)	(27.538)	27,7%	(69.733)	(53.924)	29,3%
Juros sobre financiamentos	(2.875)	(13.834)	-79,2%	(14.721)	(27.115)	-45,7%
Variação monetária debêntures e financiamentos	(10.495)	(11.727)	-10,5%	(29.168)	(24.353)	19,8%
Variação monetária sobre direito de outorga	(2.118)	(9.497)	-77,7%	(5.625)	(20.709)	-72,8%
Receita sobre aplicação financeira	9.175	5.040	82,0%	29.414	12.910	127,8%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(2.082)	(4.436)	-53,1%	(4.166)	(8.872)	-53,0%
Outros efeitos financeiros	1.815	(3.914)	-146,4%	3.325	(6.002)	-155,4%
TOTAL	(41.745)	(65.906)	-36,7%	(90.674)	(128.065)	-29,2%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado pela Companhia no 1S11 totalizou R\$ 171.210 mil.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2011, a dívida bruta consolidada da Companhia somou R\$1.439.489 mil.

Credores (R\$)	30/06/2011	30/06/2010	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- EcoRodovias Concessões e Serviços	529.032	612.699	13,7%	100,0% CDI+1,5% a.a /8,75% a.a	nov/2015
Debêntures- Ecovias dos Imigrantes	392.636	481.595	18,5%	104,0% CDI/ 9,5% a.a	nov/2014
Debêntures - Ecopistas	386.390	-	-	IPCA+8,25%	jan-23
Notas Promissórias - Ecopistas	-	351.811	-	CDI+3,25% a.a	jun-10
BNDES -Ecopistas	49.692	-	-	taxa TJLP+2,45% a.a	nov-21
CBB- Ecovia Caminho do Mar	5.621	11.069	49,2%	107,7% CDI	maio/2012
CBB- Ecovia Caminho do Mar	37.582	-	-	110,20% CDI	nov/2010
CBB- Ecovia Caminho do Mar	-	44.749	-	CDI+1,084% a.a	nov/2010
CBB- Ecocataratas	-	50.036	-	CDI+1,5% a.a	nov/2010
Leasing- Ecocataratas	0	495	-	1,21% a.m	mar/2013
CBB- Ecosul	37.018	32.973	12,3%	CDI+2,032% a.a	out/2014
Outros	1.518	1.681	-9,7%	-	-
Dívida Total	1.439.489	1.587.108	-9,3%		
Caixa e equivalentes de caixa	296.629	193.272	53,5%		
Aplicação financeira vinculada	30.661	21.316	43,8%		
Dívida Líquida	1.112.199	1.372.520	19,0%		

*) Os montantes referem-se a recursos para liquidação de remuneração das debêntures da e conta de ajuste das debêntures como garantia de recursos para pagamento de juros e principal registrados na rubrica "Títulos e valores mobiliários" referente à controlada Ecovias.

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na EcoRodovias Concessões e Serviços no primeiro semestre de 2011 totalizaram R\$ 92.701 mil, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pelas concessionárias.

CAPEX (em milhões de R\$)	2T11	2T10	Var.	1S11	1S10	Var.
EcoRodovias Concessões e Serviços	3.968	1.092	263,4%	6.233	1.794	247,4%
Ecovias dos Imigrantes	18.007	9.830	83,2%	29.145	14.890	95,7%
Ecopistas	22.328	27.262	-18,1%	32.003	60.522	-47,1%
Ecovia Caminho do Mar	6.624	8.679	-23,7%	9.227	13.639	-32,3%
Ecocataratas	-	9.794	-100,0%	-	10.728	-100,0%
Ecosul	10.904	4.931	121,1%	16.093	9.043	78,0%
Total	61.831	61.588	0,4%	92.701	110.616	-16,2%

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Desde 2006, o Ecoviver promove a conscientização ambiental, estimulando o interesse de crianças e adolescentes pela preservação do meio ambiente. O projeto aproxima professores e alunos do problema do lixo, mostrando como é possível diminuir o impacto destrutivo da geração e do acúmulo de resíduos.

Com workshops e um estruturado suporte pedagógico a educadores dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, o Ecoviver debate como o lixo pode virar arte e como podemos viver de bem com nosso planeta, sendo criativo e respeitando o meio ambiente.

Com essa iniciativa, a EcoRodovias procura dar sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas e para a formação de cidadãos mais preparados para enfrentar os desafios do futuro.

Comentário do Desempenho

EMPRESAS DO GRUPO



Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias os Imigrantes é o principal corredor de exportação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 33 milhões de veículos todos os anos.



A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de aproximadamente 20 milhões de veículos, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.



A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o principal corredor de transporte de bens do Paraná e turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.



A maior malha viária concedida do Brasil é administrada pela Ecosul – Rodovias do Sul, com 623,8 km no Pólo Rodoviário de Pelotas. Além da importante ligação ao Porto de Rio Grande, a Ecosul – Rodovias do Sul também desempenha papel no turismo em direção ao litoral sul brasileiro.

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Disclaimer

Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011 compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- b) As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Notas Explicativas

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações trimestrais consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas informações trimestrais individuais (controladora) a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as informações trimestrais de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras empresas constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica “Participação dos não controladores das controladas”.

Notas Explicativas

2.5. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinado na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

a) Empréstimos e Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Notas Explicativas

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.6. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definido, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Notas Explicativas

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.8. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente os ativos imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.9. Passivos financeiros

- Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos incluindo debêntures. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

2.10. Empréstimos, financiamentos notas promissórias e debêntures

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide notas explicativas nº 16 e 18).

2.11. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacional. Vide nota explicativa nº 17.

2.12. Tributos

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada sobre o resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de a renda é calculada individualmente por cada Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT, não existem efeito registrados nos impostos correntes.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores legais da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 23.

Notas Explicativas

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

2.14. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.15. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação e serviço são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.16. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 28.

2.17. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

2.18. Informação contábil do valor adicionado (“DVA”)

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.19. Normas e interpretações novas e revisadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CFC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2011. A Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras, exceto pelos pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12, vigentes para períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2013, para os quais espera-se que os investimentos em controladas em conjunto da Companhia passem a ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas, não havendo efeitos no patrimônio líquido e lucro do período.

Notas Explicativas

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “ <i>Joint Ventures</i> ”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

<u>Pronunciamento/Interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo ao invés de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas, de acordo com as IFRSs e os CPC, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e à avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 32.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Notas Explicativas

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e Empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide nota explicativa nº 22.
- Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 20.

Notas Explicativas

4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir apresenta as participações nas controladas consolidadas, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Participação direta:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%

As atividades das controladas diretas são como segue:

Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

Notas Explicativas

Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da controlada direta Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas a cisão parcial da Companhia, com a consequente incorporação do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e, consequentemente, a incorporação do acervo líquido cindido, celebrado na mesma data entre a Companhia, a Ecocataratas e a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., como inteveniente-anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da Companhia, cindido e vertido para a Ecocataratas, foi avaliado em R\$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.1678, anteriormente detidas pela Companhia.
- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido para R\$205.005, mediante o cancelamento de 272.78.976 ações, que foram suportadas exclusivamente por sua acionista majoritária, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$291.468, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas com o patrimônio cindido da Companhia incorporado pela Ecocataratas e atribuídas exclusivamente à EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Em razão da operação descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Para permitir uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras, foram feitas reclassificações nos saldos da demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, e demonstração do valor adicionado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	21	23	13.606	12.277
Aplicações financeiras:				
Fundo Exclusivo (a)	62.080	113.596	62.080	113.596
Certificado de Depósito Bancário				
- CDB (b)	<u>89.064</u>	<u>70.193</u>	<u>220.943</u>	<u>126.993</u>
	<u>151.165</u>	<u>183.812</u>	<u>296.629</u>	<u>252.866</u>

- a) Fundo constituído na forma de Fundo Exclusivo, que se enquadra na categoria “Renda Fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, tendo sua política de investimento como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços ou ambos, com o objetivo de buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFT, sendo:

- 48,26% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de depósito Interbancário - CDI de instituições financeiras nacionais consideradas de primeira linha.
- 39,95% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
- 11,79% de Letras Financeira do Tesouro - LFT.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas, ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	29.960	43.905	29.960	43.905
Operação compromissada	24.801	59.865	24.801	59.865
LFT	<u>7.319</u>	<u>9.826</u>	<u>7.319</u>	<u>9.826</u>
	<u>62.080</u>	<u>113.596</u>	<u>62.080</u>	<u>113.596</u>

Notas Explicativas

- b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 101,7% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CDB	<u>39.017</u>	<u>29.800</u>
Circulante	<u>30.661</u>	<u>29.800</u>
Não Circulante	<u>8.356</u>	<u>-</u>

São aplicações formadas por CDB e remuneradas a taxas que variam entre 100,5% e 105,31% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estes estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas indiretas Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Concessionária Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).

7. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico - concessionárias	37.002	44.481
Cupons de pedágio	18.226	7.165
Outras contas	<u>3.203</u>	<u>2.793</u>
	<u>58.431</u>	<u>54.439</u>

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/6/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	<u>58.361</u>	<u>54.432</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	49	2
De 31 a 60 dias	<u>21</u>	<u>5</u>
	<u>58.431</u>	<u>54.439</u>

Notas Explicativas**8. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.439	6.463	10.869	6.789
Outros	<u>568</u>	<u>1.089</u>	<u>946</u>	<u>1.102</u>
	<u>10.007</u>	<u>7.552</u>	<u>11.815</u>	<u>7.891</u>

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, saldo este que será utilizado para abater o passivo de IRPJ e CSLL, PIS, Cofins, IRRF e PIS/Cofins/CSLL retidos, a pagar em 2011.

9. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$6.198 (R\$4.633 em 31 de dezembro de 2010, classificados no ativo circulante e não circulante) refere-se a prêmios de seguros a apropriar, alugueis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldos no início do período	4.072	2.654
Adições	942	2.036
Baixas	(228)	(927)
Atualização monetária	<u>186</u>	<u>309</u>
Saldos no fim do período	<u>4.972</u>	<u>4.072</u>

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Valores das investidas 30/06/2011		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	496.398	109.123	100%	100%	496.398	447.873	109.123	93.338
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	64.733	28.660	100%	100%	64.733	41.630	28.660	22.661
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (vide nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	19.624
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	204.976	7.751	100%	100%	204.976	198.938	7.751	(401)
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	60.218	23.581	90%	90%	54.196	59.973	21.223	16.776
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio					<u>78.836</u>	<u>81.110</u>	-	-
					<u>899.139</u>	<u>829.524</u>	<u>166.757</u>	<u>151.998</u>

	31/12/2010	Dividendos	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	30/06/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	447.873	(60.598)	-	109.123	496.398
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.630	(5.557)	-	28.660	64.733
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	198.938	(1.713)	-	7.751	204.976
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A - Ecosul	59.973	(27.000)	-	21.223	54.196
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>81.110</u>	-	<u>(2.274)</u>	-	<u>78.836</u>
	<u>829.524</u>	<u>(94.868)</u>	<u>(2.274)</u>	<u>166.757</u>	<u>899.139</u>

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2011 está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

Controladora

<u>Imobilizado</u>	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>944</u>	<u>140</u>	<u>432</u>	<u>399</u>	<u>529</u>	<u>2.444</u>
Adições	26	106	5	541	2	680
Baixas	-	-	-	-	(377)	(377)
Depreciação	<u>(97)</u>	<u>(9)</u>	<u>(16)</u>	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>	<u>(134)</u>
Saldos em 31 de março 2011	<u>873</u>	<u>237</u>	<u>421</u>	<u>933</u>	<u>149</u>	<u>2.613</u>
Adições	245	19	2	-	13	279
Depreciação	<u>(110)</u>	<u>(11)</u>	<u>(16)</u>	<u>(7)</u>	<u>(5)</u>	<u>(149)</u>
Saldos em 30 de junho 2011	<u>1.008</u>	<u>245</u>	<u>407</u>	<u>926</u>	<u>157</u>	<u>2.743</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	15,5%	10,0%	10,0%	5,5%	10,0%	

Consolidado

<u>Imobilizado</u>	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos e edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>37.310</u>	<u>6.665</u>	<u>4.370</u>	<u>12.591</u>	<u>11.725</u>	<u>72.661</u>
Adições	2.892	906	68	569	536	4.971
Baixas	(2)	(6)	(5)	-	(929)	(942)
Depreciação	<u>(2.680)</u>	<u>(348)</u>	<u>(152)</u>	<u>(214)</u>	<u>(255)</u>	<u>(3.649)</u>
Saldos em 31 de março 2011	<u>37.520</u>	<u>7.217</u>	<u>4.281</u>	<u>12.946</u>	<u>11.077</u>	<u>73.041</u>
Adições	3.591	823	169	-	331	4.914
Depreciação	<u>(2.850)</u>	<u>(386)</u>	<u>(152)</u>	<u>(216)</u>	<u>(275)</u>	<u>(3.879)</u>
Saldos em 30 de junho 2011	<u>38.261</u>	<u>7.654</u>	<u>4.298</u>	<u>12.730</u>	<u>11.133</u>	<u>74.076</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	15,5%	10,0%	10,0%	5,5%	10,0%	

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

Controladora

<u>Intangível</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	619	13.126	13.745
Adições	942	644	1.586
Amortização	-	(1.131)	(1.131)
Saldos em 31 de março 2011	<u>1.561</u>	<u>12.639</u>	<u>14.200</u>
Adições	2.874	816	3.690
Amortização	-	(1.167)	(1.167)
Saldos em 30 de junho 2011	<u>4.435</u>	<u>12.288</u>	<u>16.723</u>
Taxas de amortização	-	20%	

Consolidado

<u>Intangível</u>	<u>Contratos de Concessão</u>	<u>Intangível em Andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>1.863.511</u>	<u>1.410</u>	<u>15.061</u>	<u>2</u>	<u>1.879.984</u>
Adições	21.210	3.924	766	-	25.900
Baixas	(553)	-	-	(2)	(555)
Amortização	<u>(20.543)</u>	-	<u>(1.281)</u>	-	<u>(21.824)</u>
Saldos em 31 de março 2011	<u>1.863.625</u>	<u>5.334</u>	<u>14.546</u>	-	<u>1.883.505</u>
Adições	46.800	9.159	957	-	56.916
Transferências	77	(77)	-	-	-
Amortização	<u>(21.011)</u>	-	<u>(1.309)</u>	-	<u>(22.320)</u>
Saldos em 30 de junho 2011	<u>1.889.491</u>	<u>14.416</u>	<u>14.194</u>	-	<u>1.918.101</u>
Taxas de amortização	(*)		20%		

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão são reconhecidos ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão são infraestrutura rodoviária e direito de outorga, entre outros.

Notas Explicativas**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia e suas controladas reconheceram os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e ao benefício fiscal do ágio incorporado, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente.

Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos demais eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	7.877	8.145
Provisão para manutenção e obras futuras	(4.796)	(421)
Ágio (benefício fiscal)	4.337	4.484
Outros	<u>(671)</u>	<u>1.700</u>
	<u>6.747</u>	<u>13.908</u>
Ativo diferido	23.869	28.427
Passivo diferido	<u>(17.122)</u>	<u>(14.519)</u>
	<u>6.747</u>	<u>13.908</u>

Notas Explicativas

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Varição no:		
Imposto de renda corrente	(56.030)	(49.958)
Imposto de renda diferido	<u>(4.963)</u>	<u>(6.188)</u>
	<u>(60.993)</u>	<u>(56.146)</u>
Varição na:		
Contribuição social corrente	(20.335)	(18.075)
Contribuição social diferida	<u>(2.050)</u>	<u>548</u>
	<u>(22.385)</u>	<u>(17.527)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	254.588	210.145
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(86.560)	(71.449)
Juros sobre capital próprio	4.125	(2.968)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(943)</u>	<u>744</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(83.378)</u>	<u>(73.673)</u>

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	62	89	4.868	4.686
Cofins	467	337	3.354	3.035
PIS	102	73	727	576
ISS na fonte	13	4	919	370
Outros impostos	<u>1.330</u>	<u>2.182</u>	<u>3.407</u>	<u>5.599</u>
	<u>1.974</u>	<u>2.685</u>	<u>13.275</u>	<u>14.266</u>

Notas Explicativas

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	Consolidado	
			30/06/2011	31/12/2010
Em moeda nacional:				
Capital de giro	Maio de 2012	107,7% do CDI	5.621	11.692
Capital de giro	Novembro de 2011	110,2% do CDI	37.582	35.434
Capital de giro	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	37.018	35.110
BNDES	Junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	49.692	-
Notas promissórias	Abril de 2011	CDI + 1,20% a.a.	-	<u>373.337</u>
			<u>129.913</u>	<u>455.573</u>
Circulante			<u>48.588</u>	<u>414.963</u>
Não circulante			<u>81.325</u>	<u>40.610</u>

Em 30 de junho de 2011, a controladora não possuía empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	2.462	5.500
2013	4.923	-
2014	41.941	35.110
2015	4.923	-
2016	4.923	-
Posteriores a 2016	<u>22.153</u>	-
	<u>81.325</u>	<u>40.610</u>

a) Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- Em 8 de dezembro de 2010, a controlada direta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de dez notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o valor total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano.

As notas promissórias foram quitadas em 18 de março de 2011.

- Em fevereiro de 2011, a controlada Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito no valor de R\$50.000, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a junho de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo sem limitação, as

Notas Explicativas

receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

- Para as captações para capital de giro pelas controladas Ecovia e Ecosul, as quais não exigem a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela Companhia.
- Para as operações de empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.
- Para o empréstimo da Ecosul são exigidas as manutenções de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBTIDA deverá ser menor ou igual a 1,5; e a razão entre o EBTIDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2011.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	887	842
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>622</u>	<u>1.060</u>
	1.509	1.902
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>9</u>	<u>13</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.518</u>	<u>1.915</u>
Circulante	<u>896</u>	<u>855</u>
Não Circulante	<u>622</u>	<u>1.060</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado” e apresenta R\$1.807 e R\$1.799 em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente.

Notas Explicativas

18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Principal corrigido	522.802	608.912	1.289.504	1.039.944
Remuneração (juros)	11.006	15.190	38.892	29.676
Custos com emissão de debêntures	<u>(4.776)</u>	<u>(5.844)</u>	<u>(20.337)</u>	<u>(9.867)</u>
	<u>529.032</u>	<u>618.258</u>	<u>1.308.059</u>	<u>1.059.753</u>
Circulante	<u>193.172</u>	<u>197.356</u>	<u>319.250</u>	<u>316.640</u>
Não circulante	<u>335.860</u>	<u>420.902</u>	<u>988.809</u>	<u>743.113</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia ainda não efetuou nenhum pagamento de juros ou valor principal.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada direta Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No período de 2011, a Companhia ainda não efetuou nenhum pagamento de juros ou valor principal.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

Notas Explicativas

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias		
	Concessões e Serviços	Ecovias	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1.000,00	R\$10,00	R\$1.000.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,12 3ª série - R\$1,17	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$8,10 3ª série - R\$10,80	1ª série – R\$1.039,46 2ª série – R\$1.039,46 3ª série – R\$1.039,46 4ª série – R\$1.039,46
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries – Juros Remuneratórios a serem definidos em processo de bookbuilding, com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15.01.13 a 15.01.23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15.04.2012 a 15.04.22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15.07.12 a 15.07.22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15.10.12 a 15.10.22)

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>EcoRodovias Concessões e Serviços</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecopistas</u>
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da 1ª parcela a quantia equivalente a 3 vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida); b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do contrato BNDES até o vencimento da 1ª parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação)
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	Itaú Unibanco S.A
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda

A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira séries no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor de R\$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

Notas Explicativas

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada ao ICPA + 8,25%, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora					
	30/06/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	92.150	(1.067)	91.083	184.300	(1.610)	182.690
2013	143.546	(1.034)	142.511	141.532	(1.236)	140.296
2014	51.396	(332)	51.064	49.382	(431)	48.951
2015	<u>51.411</u>	<u>(209)</u>	<u>51.202</u>	<u>49.397</u>	<u>(432)</u>	<u>48.965</u>
	<u>338.503</u>	<u>(2.642)</u>	<u>335.860</u>	<u>424.611</u>	<u>(3.709)</u>	<u>420.902</u>
	Consolidado					
	30/06/2011			31/12/2010		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2012	170.896	(2.196)	168.700	303.903	(2.684)	301.219
2013	304.729	(3.262)	301.467	261.135	(2.310)	258.825
2014	178.829	(1.940)	176.889	135.235	(1.130)	134.105
2015	87.640	(1.291)	86.349	49.396	(432)	48.964
2016	36.229	(1.083)	35.146	-	-	-
2017	<u>226.430</u>	<u>(6.172)</u>	<u>220.258</u>	-	-	-
	<u>1.004.753</u>	<u>(15.945)</u>	<u>988.809</u>	<u>749.669</u>	<u>(6.556)</u>	<u>743.113</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e a despesa financeira líquida, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores que 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,00, obtido pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,20. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Ecorodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5% 8,75% +	CDI + 2%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	IPCA 8,75% +	9,39% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	IPCA	9,37% + IPCA
Ecovias	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
			<u>1.327.500</u>	<u>(26.640)</u>	<u>1.300.860</u>		

19. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

<u>Controladora</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo Não Circulante		
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	1.016	1.338
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A - Ecosul	257	340
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	4.481	3.983
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	1.187	-
Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas	439	-
Armazéns Gerais Colúmbia S.A.	778	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.	-	254
Elog S.A.	-	52
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	189	-
Mútuo-		
Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas (a)	127.791	107.109
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (b)	<u>108.492</u>	<u>104.822</u>
Total do ativo	<u>244.630</u>	<u>217.898</u>

Notas Explicativas

<u>Controladora</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Passivo		
Não Circulante:		
Contas a pagar		
Empr. Concess. de Rodovias do Sul S.A.-Ecosul	12	-
Elog S.A.	11	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<u>36</u>	<u>7</u>
	<u>59</u>	<u>7</u>
Resultado:		
Receita:		
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(c)	4.264	17.160
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- ECOSUL (c)	913	4.449
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	14.595	52.440
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (c)	3.812	20.544
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.- Ecopistas (c)	26.453	7.200
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (c)	544	2.637
Elog S.A. (c)	<u>110</u>	<u>439</u>
	<u>50.691</u>	<u>104.869</u>
Despesa-		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	<u>113</u>	<u>181</u>
	<u>113</u>	<u>181</u>
Consolidado	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo- Circulante		
Consórcio Serra do Mar (d)	<u>-</u>	<u>260</u>
	<u>-</u>	<u>260</u>
Não circulante-		
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas	1.186	1.600
Elog S.A.	-	52
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	252
Armazéns Gerais Colúmbia S.A.	778	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	189	-
Mútuo-		
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	<u>108.491</u>	<u>103.221</u>
	<u>110.644</u>	<u>105.125</u>
Total circulante/não circulante	<u>110.644</u>	<u>105.385</u>
Imobilizado:		
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	9.873	11.420
Consórcio Serra do Mar (d)	15.753	16.600
Consórcio Planalto (f)	-	57.886
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g)	-	5.199
TB Transportadora Betumes Ltda.	<u>27</u>	<u>106</u>
	<u>25.653</u>	<u>91.211</u>
Total do ativo	<u>136.297</u>	<u>196.596</u>

Notas Explicativas

Consolidado	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Passivo-		
Circulante:		
Contas a pagar		
C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. (h)	-	87
Consórcio Serra do Mar (d)	1.602	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	2.723	7
TB Transportadora Betumes Ltda.	8	1
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g)	<u>334</u>	<u>26</u>
	4.667	121
Não Circulante:		
Contas a pagar		
Elog S.A.	127	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>130</u>	<u>-</u>
Total do passivo	<u>4.797</u>	<u>121</u>
Resultado-		
Despesa:		
TB Transportadora Betumes Ltda.	1	11
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (g)	-	344
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	130	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	<u>48</u>	<u>106</u>
Total do resultado	<u>179</u>	<u>461</u>

As operações com empresas relacionadas estão apresentados a seguir:

- (a) O valor de R\$127.791 refere-se a contrato de mútuo com Ecopistas o mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- (b) O valor de R\$108.492 refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas o mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- (c) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$111.917, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (d) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957, incluindo aditivo contratual. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$70.456 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (e) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$38.888 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$18.181 a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.283, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços fornecimento e transporte de material asfáltico a Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Industria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda é de R\$7.353, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de junho de 2011, há um saldo de R\$7.101 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (h) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e a C.R. Almeida é de R\$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R\$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

20. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas:		
Fixas	71.373	72.050
Variáveis	<u>1.105</u>	<u>2.587</u>
	<u>72.478</u>	<u>74.637</u>
Circulante	<u>14.513</u>	<u>15.205</u>
Não circulante	<u>57.965</u>	<u>59.432</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M. Em 30 de junho de 2011, restam 82 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 65,09% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de junho de 2011, todas as parcelas haviam sido.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	12.245	11.553
2013	11.182	10.842
2014	10.212	9.901
2015	9.326	9.042
2016	8.517	18.094
2017	<u>6.483</u>	<u>-</u>
	<u>57.965</u>	<u>59.432</u>

21. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem em um período de quatro anos. Em 30 de junho de 2011, o saldo é de R\$76.513 (R\$67.010 em 31 de dezembro de 2010) e está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	95.800	84.328
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(19.287)</u>	<u>(17.318)</u>
	<u>76.513</u>	<u>67.010</u>
Circulante	<u>18.930</u>	<u>12.838</u>
Não circulante	<u>57.583</u>	<u>54.172</u>

Notas Explicativas**22. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

Em 30 de junho de 2011, o saldo é de R\$17.913 (R\$17.029 em 31 de dezembro de 2010) e está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	21.179
Ajuste a valor presente	<u>(3.266)</u>	<u>(4.150)</u>
	<u>17.913</u>	<u>17.029</u>
Circulante	<u>13.412</u>	<u>10.143</u>
Não circulante	<u>4.501</u>	<u>6.886</u>

23. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos, cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da rubrica “Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis” é o seguinte:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis (a)	16.154	15.401
Tributários (b)	1.263	525
Trabalhistas (c)	<u>8.289</u>	<u>8.029</u>
Não circulante	<u>25.706</u>	<u>23.955</u>

Notas Explicativas

A movimentação entre os períodos findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 como segue:

Natureza	31/12/2010	Adições	Baixas	Atualização monetária	30/06/2011
Cível (a)	15.401	741	(761)	773	16.154
Tributária (b)	525	723	-	15	1.263
Trabalhista (c)	<u>8.029</u>	<u>1.108</u>	<u>(1.399)</u>	<u>551</u>	<u>8.289</u>
	<u>23.955</u>	<u>2.572</u>	<u>(2.160)</u>	<u>1.339</u>	<u>25.706</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras perdas de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2011, R\$9.094, avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2010, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.461, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$7.888, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social é de R\$391.283 e está representado por 391.283 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$438.465 para R\$454.206, mediante a emissão de 15.741.620 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, com tudo o que essas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$454.206 para R\$477.792, mediante a emissão de 23.585.575 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, com tudo o que essas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de junho de 2011 o saldo a pagar de dividendos e juros sobre capital próprio totaliza R\$55.304, (R\$50.120 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

25. IMPOSTOS SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou no período findo em 30 de junho de 2011, o valor de R\$8.227 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 30 de junho de 2011, o valor total compensado foi de R\$220.423 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

26. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	267.505	312.828
Pedágio por equipamento eletrônico	-	-	242.718	207.861
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	-	61.431	63.985
Outras	-	-	554	1.490
	-	-	572.208	586.164
Receita de construção	-	-	84.530	104.641
Receitas acessórias e de prestação de serviços	<u>57.574</u>	<u>51.600</u>	<u>35.093</u>	<u>24.755</u>
	57.574	51.600	119.623	129.396
Receita bruta	57.574	51.600	691.831	715.560
Deduções de receita	<u>(7.495)</u>	<u>(5.805)</u>	<u>(41.492)</u>	<u>(42.346)</u>
Receita líquida	<u>50.079</u>	<u>45.795</u>	<u>650.339</u>	<u>673.214</u>

Notas Explicativas**27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Controladora	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Pessoal	16.399	12.877
Conservação e manutenção	1.319	622
Serviços de terceiros	2.587	2.330
Depreciação e amortização	2.581	14.610
Locações	786	713
Outros	<u>1.659</u>	<u>1.388</u>
	<u>25.331</u>	<u>32.540</u>

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	<u>25.331</u>	<u>32.540</u>
------------------------------	---------------	---------------

	Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Pessoal	49.038	50.595
Conservação e manutenção	24.049	29.407
Serviços de terceiros (*)	23.211	25.210
Seguro	3.940	6.006
Provisão para manutenção	26.962	20.260
Custos com construção	84.530	104.641
Poder Concedente	21.617	14.845
Depreciação e amortização	51.672	63.298
Locações	4.053	4.841
Outros	<u>15.854</u>	<u>15.797</u>
	<u>304.926</u>	<u>334.900</u>

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	276.501	299.995
Despesas gerais e administrativas	<u>28.425</u>	<u>34.905</u>
	<u>304.926</u>	<u>334.900</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

Notas Explicativas**28. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	10.012	7.457	29.414	12.910
Variação monetária sobre financiamentos	265	-	2.282	-
Juros sobre contratos de mútuos	<u>13.313</u>	<u>45</u>	<u>6.202</u>	<u>300</u>
	<u>23.590</u>	<u>7.502</u>	<u>37.898</u>	<u>13.210</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(34.524)	(30.062)	(69.733)	(53.924)
Juros sobre financiamentos	-	-	(14.721)	(27.115)
Variação monetária sobre debêntures	(6.041)	(4.355)	(31.450)	(24.353)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(5.625)	(20.709)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.067)	(1.127)	(2.085)	(1.904)
Ajuste a valor presente - ICPC-01	-	-	(4.166)	(8.872)
Outras	<u>(78)</u>	<u>(959)</u>	<u>(792)</u>	<u>(4.399)</u>
	<u>(41.710)</u>	<u>(36.503)</u>	<u>(128.572)</u>	<u>(141.276)</u>
Resultado financeiro	<u>(18.120)</u>	<u>(29.001)</u>	<u>(90.674)</u>	<u>(128.066)</u>

29. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro básico por ação das operações - R\$	<u>0,43</u>	<u>0,29</u>	<u>0,43</u>	<u>0,29</u>

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da:				
Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	168.852	134.608	168.852	134.608
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	391.283	471.238	391.283	471.238

Notas Explicativas

b) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

30. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que é estabelecido e pago em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de junho de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$791 (R\$889 em 30 de junho de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

31. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, risco de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros) e risco de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0 a 101,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas Explicativas

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, 17 e 18.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2011 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	13.606	13.606
Clientes	58.431	58.431
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	322.040	322.040
Passivos:		
Fornecedores	30.636	30.636
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	131.431	131.431
Debêntures	1.308.059	1.314.599
Credor pela concessão	72.478	92.727

a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias classificadas no passivo circulante e não circulante.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Riscos de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de as controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Notas Explicativas

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, a situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está em constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	74.064	89.305	104.331
Juros sobre as 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	150.690	168.536	186.354
Juros sobre as 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	363.775	406.265	448.774

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	12,15%	15,19%	18,23%
IGP-M (b)	8,48%	10,60%	12,72%
IPCA (c)	6,81%	8,52%	10,22%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de junho de 2011.

(b) Refere-se à taxa IGP-M em 30 de junho de 2011.

(c) Refere-se a taxa IPCA em 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 30 de junho de 2011, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

32. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R\$60 mensais do início até o 11º ano e de R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Notas Explicativas

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	8.380	18.787
Custos de construção	<u>(8.380)</u>	<u>(18.787)</u>
	=====	=====

No decorrer do período de 30 de junho de 2011, houve alterações no contrato de concessão, como segue:

- a) Aumento de escopo das obras da Marginal Tietê.
- b) Antecipação das obras da Marginal Tietê.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

Notas Explicativas

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	25.504	13.134
Custos de construção	<u>(25.504)</u>	<u>(13.134)</u>
	<u> -</u>	<u> -</u>

Em 30 de junho de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias estão estimados em R\$468.590 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Notas Explicativas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	34.860	64.016
Custos de construção	<u>(34.860)</u>	<u>(64.016)</u>
	=	=

Em 30 de junho de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$355.699 (R\$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Notas Explicativas

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita de construção	15.785	8.432
Custos de construção	<u>(15.785)</u>	<u>(8.432)</u>
	=	=

Em 30 de junho de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$87.479 (R\$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

33. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual as empresas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de junho de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$367 (R\$371 em 30 de junho de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

34. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de junho de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	523.597
Riscos operacionais	6.475.219
Responsabilidade civil	1.153.513
Seguro Sede da Companhia	5.160
Risco de engenharia	63.664
Painéis	113
Veículos	Tabela Fipe

Notas Explicativas

35. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA

A controlada direta Ecovia faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. A Ecovia busca, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecido, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

Notas Explicativas

36. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 12 e nº 13.

37. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de agosto de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A seguir informações sobre a quantidade das ações ordinárias detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações, incluindo conselheiros e outros acionistas.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: EcoRodovias Concessões e Serviços S.A						Posição em 30/06/2011
						(Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
EcoRodovias InfraEstrutura e Logística S.A	391.283.116	100,0	-	-	391.283.116	100,0
Minoritários	8	0,00	-	-	8	0,00
Total	391.283.124	100,00	-	-	391.283.124	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Ecorodovias InfraEstrutura e Logística S.A						Posição em 30/06/2011
						(Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Primav Construções e Serviços S.A.	251.351.396	45,0%	-	-	251.351.396	45,0%
Impregilo International Infrastructures. N.V *	163.344.672	29,2%	-	-	163.344.672	29,2%
Free Float	143.936.471	25,8%	-	-	143.936.471	25,8%
Outros Acionistas	66.541	0,0%	-	-	66.541	0,0%
Total	558.699.080	100,0%	-	-	558.699.080	100,0%

* Companhia sediada no exterior item facultativo de abertura até o nível de pessoa física.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Primav Construções e Serviços S.A.						Posição em 30/06/2011
						(Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,0	-	-	1.200.178.639	99,0
Outros	492	1,0	-	-	492	1,00
Total	1.200.179.131	100,00	-	-	1.200.179.131	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: CR Almeida S.A - Engenharia e Construções						Posição em 30/06/2011 (Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Ações de Fruição	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Participare Administração e Participações Ltda.	24.500.006	70	-	-	24.500.006	70
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A.	10.499.994	30	-	-	10.499.994	30
Belmiro Valverde Jobim Castor	-	-	-	-	-	
Francisco Henrique P. Fernandes	-	-	-	-	-	
Marco Antonio Cassou	-	-	-	-	-	
Cecílio do Rego Almeida	-	-	-	-	-	
Cesar Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	
Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	-	-	-	
Guilherme Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	
Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	
Ricardo Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	
Roberto Beltrão de Almeida	-	-	-	-	-	
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	-	-	-	-	-	
Total	35.000.000	100	-	100	35.000.000	100

Participare Administração e Participações Ltda.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Participare Administração e Participações Ltda						Posição em Posição em 30/06/2011 (Em unidades de Ações)
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Denise Beltrão de Almeida Cassou	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Espólio Roberto Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Cesar Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Marcelo Beltrão de Almeida	1.168.978.812	20,52	-	-	1.168.978.812	20,52
Guilherme Beltrão de Almeida	508.756.528	8,92	-	-	508.756.528	8,92
Ricardo Beltrão de Almeida	508.756.528	8,92	-	-	508.756.528	8,92
Fribourg Investments Corp.	4.513.617	0,08	-	-	4.513.617	0,08
Total	5.697.941.921	100	-	-	5.597.941.921	100

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A					Posição em 31/03/2011 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	92.312.558	4	-	-	92.312.558	4
Guilherme Beltrão de Almeida	738.500.539	32	-	-	738.500.539	32
Denise Beltrão de Almeida Cassou	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Espólio Roberto Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Cesar Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Marcelo Beltrão de Almeida	184.625.191	8	-	-	184.625.191	8
Ricardo Beltrão de Almeida	738.500.539	32	-	-	738.500.539	32
Total	2.307.814.400	100	-	-	2.307.814.400	100

A seguir informações consolidadas sobre a participação direta e indireta dos grupos de Acionista Controlador, Membros do Conselho de Administração e Diretores posição 30 de junho de 2011.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Acionista	Posição em 30/06/2011					
	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade de Preferências/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	414.696.068	74,23	-	-	414.696.068	74,23
Administradores						
Conselho de Administração	11	0,00	-	-	11	0,00
Diretoria	66.309	0,01	-	-	66.309	0,01
Conselho Fiscal ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	0,00
Outros Acionistas	143.936.692	25,76	-	-	143.936.692	25,76
Total	558.699.080	100,00	-	-	558.699.080	100,00
Ações em Circulação	143.936.692	25,76	-	-	143.936.692	25,76

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- (1) O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembléia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei.

A seguir informações sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem:

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o semestre e trimestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA.

Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ismar de Moura
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 179631/O-2